

convocatória. Na inexistência de quórum, o presidente emitirá nova convocatória para a reunião, a realizar 30 minutos após a hora da convocatória, a qual reunirá com os elementos presentes.

4 — As deliberações são tomadas por maioria simples, dispondo o presidente da comissão de voto de qualidade.

5 — Das reuniões será sempre lavrada uma acta, que deverá ser assinada por todos os membros presentes.

Artigo 5.º

1 — À comissão concelhia de saúde cabe, designadamente, dar parecer sobre todas as questões que lhe forem solicitadas pelo conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

2 — Poderá, também, apresentar propostas, elaborar relatórios, efectuar estudos ou propor programas de acção à Administração Regional de Saúde relativos à resolução de problemas de saúde do concelho.

3 — A comissão concelhia de saúde poderá recorrer à colaboração de peritos nas situações em que tal se justifique, bem como solicitar a presença e colaboração de entidades que devam ser envolvidas na resolução dos problemas de saúde do concelho.

Artigo 6.º

O presente regulamento entra em vigor na data da sua homologação ministerial.

Regulamento da comissão concelhia de saúde de Vila Nova da Barquinha

Artigo 1.º

Natureza e âmbito

A comissão concelhia de saúde é um órgão consultivo do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, em relação à área de saúde de Vila Nova da Barquinha, no âmbito do respectivo concelho.

Artigo 2.º

Composição

A comissão concelhia de saúde é composta pelas entidades seguintes:

- O director do Centro de Saúde de Vila Nova da Barquinha;
- Um representante da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha;
- Um representante da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha;
- Um representante dos interesses dos utentes, eleito pela Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha.

Artigo 3.º

Presidência

1 — A comissão concelhia de saúde é presidida por um dos seus membros, eleito por maioria simples dos presentes na primeira reunião.

2 — Para substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos, será desde logo eleito, pela mesma forma, um vice-presidente.

3 — O presidente poderá nomear, de entre os membros da comissão, um secretário para o coadjuvar na preparação e realização das reuniões, incluindo a elaboração das respectivas actas.

4 — O mandato do presidente da comissão será de dois anos, podendo ser renovado apenas uma vez.

Artigo 4.º

Reuniões

1 — A comissão concelhia de saúde reunirá em sessão ordinária duas vezes por ano, nos meses de Junho e Novembro, em dia, hora e local a designar pelo presidente.

2 — A comissão concelhia de saúde poderá reunir extraordinariamente, quando convocada pelo seu presidente, por sua iniciativa ou a pedido da comissão. A convocatória deverá ser enviada com a antecedência de cinco dias úteis, por carta registada com aviso de recepção, nela devendo constar o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.

3 — O quórum para a realização das reuniões da comissão concelhia de saúde corresponde a dois terços dos seus membros em primeira convocatória. Na inexistência de quórum, o presidente emitirá nova convocatória para a reunião, a realizar no prazo máximo de 15 dias, a qual reunirá com os elementos então presentes.

4 — As deliberações são tomadas por maioria simples, dispondo o presidente da comissão de voto de qualidade.

5 — Das reuniões será sempre lavrada uma acta, que deverá ser assinada por todos os membros presentes.

Artigo 5.º

Competência

1 — À comissão concelhia de saúde cabe, designadamente, dar parecer sobre todas as questões que lhe forem solicitadas pelo conselho de administração da Administração Regional de Saúde relativas à sua área de saúde.

2 — Poderá, também, apresentar propostas, elaborar relatórios, efectuar estudos ou propor programas de acção à Administração Regional de Saúde relativos à resolução de problemas de saúde do concelho.

3 — A comissão concelhia de saúde poderá recorrer à colaboração de peritos nas situações em que tal se justifique, bem como solicitar a presença e colaboração de entidades que devam ser envolvidas na resolução dos problemas de saúde do concelho.

Artigo 6.º

Disposições finais

O presente regulamento entra em vigor na data da sua homologação ministerial.

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 12 525/99 (2.ª série). — A comissão técnica nacional e as comissões técnicas regionais constituídas pelo meu despacho n.º 5411/97 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 6 de Agosto de 1997, não abrangem na sua constituição todas as áreas funcionais definidas para a equipa multidisciplinar prevista nos n.ºs 1.2.3 e 1.3.3 das orientações reguladoras dos centros de diagnóstico pré-natal aprovadas pelo meu despacho n.º 10 325/99 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 122, de 26 de Maio de 1999.

A não inclusão de neonatologistas e de fetopatologistas constitui um óbice ao bom funcionamento das referidas comissões, atentas as respectivas incumbências no plano técnico, importando, pois, alargar a sua constituição e prever também a possibilidade de agregação de outros peritos que o desenvolvimento da sua actuação aconselhe.

Nestes termos, determino o seguinte:

1 — A Comissão Técnica Nacional e as comissões técnicas regionais constituídas, respectivamente, pelos n.ºs 5.1 e 5.3 do meu despacho n.º 5411/97 (2.ª série), passam também a ser integradas por especialistas de reconhecido mérito das áreas funcionais de pediatria/neonatalogia e de fetopatologia.

2 — As comissões referidas no número anterior podem agregar, a-título permanente ou temporário, outros peritos cuja colaboração seja considerada indispensável.

7 de Junho de 1999. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*.

Despacho n.º 12 526/99 (2.ª série). — Para integrar a Comissão de Traumatismos Cranioencefálicos (TCE), criada pelo meu despacho n.º 1440/99 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1999, em substituição do Dr. Nuno Maria Salema Pereira dos Reis, que solicitou escusa por motivos atendíveis e lhe foi concedida, designo o Dr. José Carlos Ribeiro da Costa, assistente hospitalar graduado de neurologia do Hospital de São José.

7 de Junho de 1999. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*.

Departamento de Recursos Humanos da Saúde

Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo

Aviso n.º 10 758/99 (2.ª série). — Devidamente homologada em 15 de Dezembro de 1998 pelo conselho científico da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo, faz-se pública a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso documental para acesso à categoria de professor-adjunto da carreira de pessoal do